

A municipalização do ensino em São Paulo

3 JUNHO 1989 JORNAL DA TARDE

O governador Orestes Quérzia deverá assinar nos próximos dias um decreto instituindo o que o governo paulista está chamando de "municipalização" do ensino no estado. Com esse programa, ele pretende transferir para os municípios a administração da rede estadual de educação, com 5,5 milhões de alunos e 200 mil professores, além de verbas para que eles possam cumprir essas obrigações. Os professores atuais continuarão pertencendo aos quadros do funcionalismo estadual e os novos serão contratados diretamente pelos municípios. A adesão ao programa, por questões legais, será facultativa e depende da aprovação das Câmaras Municipais.

Em tese, toda a descentralização, toda a municipalização de obras e serviços, é positiva. Em primeiro lugar, porque ela permite uma economia fantástica de recursos. No Brasil é conhecido o extraordinário processo de emagrecimento que o dinheiro público sofre em cada viagem que faz, consumido em gastos com a burocracia e com a pura e simples corrupção. Um documento produzido pelo Ministério do Planejamento, ainda no tempo do ministro João Sayad, dimensiona com exatidão esse fenômeno. Segundo o trabalho, a construção de um prédio público (uma escola, um posto de saúde), que custa, por exemplo, 10 unidades monetárias quando executada pelo governo federal, tem esse custo reduzido para 6 quando o responsável é o estado e despenca para apenas 4 quando quem faz é o prefeito. Um estudo do Banco Mundial, referente a 1987, constatou que, de cada 100 cruzados que o governo federal remeteu ao Nordeste, por meio do Ministério da Educação, apenas 52 cruzados foram consumidos com despesas ligadas diretamente ao ensino. Portanto, quanto menos intermediários, melhor.

Em segundo lugar, a descentralização permite que a comunidade fiscalize com mais cuidado a aplicação dos recursos, a execução das obras e a qualidade dos serviços. Afinal, é muito mais fácil tratar diretamente com o responsável — o prefeito — do que entregar esta missão a deputados e senadores ou ficar viajando sempre para a capital do estado ou Brasília para qualquer denúncia ou cobrança.

Contudo, na prática, essas vantagens acabam anuladas em função da mentalidade predominante nos meios políticos e administrativos brasileiros, onde as prioridades não são os interesses e as necessidades da população, mas os negócios político-partidários, eleitorais e até pessoais dos burocratas e dos governantes de plantão. Além do mais, educação é investimento de longo prazo e quase invisível, não dá muito voto.

Assim, é extremamente perigoso entregar a prefeitos e vereadores — que, como temos visto todos os dias, têm um enorme apetite para aumentar seus salários — uma imensa soma de recursos sem que a população antes seja preparada para fiscalizar a utilização desse dinheiro. Muita gente ainda deve se lembrar do que deu a reforma tributária do governo Castelo Branco, com a criação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios: muito dinheiro virou pracinhas inúteis, obeliscos, fontes luminosas, estádios de futebol. O social só é prioridade no discurso, como está constatando, no momento, o

Tribunal de Contas de São Paulo: na análise das contas dos municípios paulistas referentes a 1986, o TCE descobriu que mais de 20% das prefeituras não cumpriram o preceito constitucional de que pelo menos 25% da arrecadação de impostos deve ser gasto na educação.

E é evidente que é esse mesmo desinteresse que está levando o governador Orestes Quérzia a propor o programa de municipalização do ensino paulista. O atual inquilino do Palácio dos Bandeirantes, na realidade, pretende é se livrar do que para ele é um "aborecimento": consome muito dinheiro, não dá votos e, pela maneira como é tratada, a questão do ensino só traz problemas, como a recente longuissima greve dos professores da rede estadual. Quando fez o seu primeiro orçamento, para o exercício de 1988 (o de 1987 foi preparado por Montoro, ele só executou), o sr. Quérzia mostrou exatamente a importância que dá à educação: reduziu em 76 bilhões de cruzados (valores da época) os recursos destinados ao setor; em relação à receita tributária, os gastos do governo paulista com educação caíram de 30,4% em 87 para 26,6% em 88.

Há ainda outras indicações práticas de como funcionará a "municipalização" do governador Quérzia. A merenda escolar, cuja responsabilidade foi transferida para as prefeituras, entrou em decadência porque, como se queixam vários prefeitos e já denunciou a Apeoesp, a administração estadual só está entregando aos municípios um terço do que eles gastam para alimentar os alunos carentes. Evidentemente, o sr. Quérzia tem coisas mais "sérias" para fazer com esse dinheiro, como o Memorial da América Latina, suas campanhas de publicidade etc... Outro exemplo, ainda mais dramático, vem do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), que só serviu para piorar os já péssimos serviços médico-hospitalares oficiais e para jogadas políticas e ideológicas. Alguns hospitais do município de São Paulo viraram verdadeiros "pardieiros", entre outras coisas, porque o Suds (leia-se Secretaria Estadual de Saúde) está devendo mais de 60 milhões de cruzados novos à administração do rival PT na prefeitura paulistana.

Por tudo isso, vê-se que não falta dinheiro para aplicação em programas sociais no Brasil. O que falta é espírito público aos políticos.